



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001003-02.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Servidão Administrativa**
 Requerente: **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A**
 Requerido: **Neuza Maria Stella Massei Porto e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Constituição de Servidão, cumulada com pedido de liminar para imissão de posse, proposta por **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A** contra **NEUZA MARIA STELLA MASSEI PORTO, MURILLO CASSINELI PORTO FILHO, MARCELLO MASSEI PORTO, MIRYAN MASSEI PORTO GERIBELLO, MARCO ANTÔNIO MASSEI PORTO, MÁRCIO MASSEI PORTO, MARÍLIA MASSEI PORTO, JOSÉ ERNESTO LIMA RAMOS e MÔNICA MASSEI PORTO**, com a finalidade de constituir servidão de passagem para implantação da linha de transmissão (LT) 500 KV Araraquara – Taubaté na área de 15.576,92 m2, referente à propriedade nº 56, transcrição nº 21.196, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos, tendo ofertado o valor de R\$ 17.000,03, a título de indenização, não sendo possível a composição administrativa, o que justificou o pedido intervenção judicial.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 14-69.

Houve nomeação de perito para proceder à avaliação prévia do imóvel (fl. 83), cujo laudo foi acostado a fls. 99-112.

Os requeridos foram citados, mas deixaram de apresentar contestação (certidão fls. 163).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da lide, não havendo, portanto, necessidade de dilação probatória.

Trata-se de ação de instituição de servidão de passagem que tramitou sem a anuência dos expropriados na seara administrativa.

Os requeridos foram citados e deixaram de apresentar contestação, tornando-se reveis, fazendo presumir verdadeiros os fatos contidos na inicial.

Por outro lado, foi resguardada a indenização justa, mediante nomeação de perito judicial.

Assim, não há óbice ao acolhimento do pedido.

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido, constituindo a servidão de passagem requerida, observados o memorial descritivo e o croqui de fl. 14/16, fixada a indenização em R\$ 18.446,19, já depositada (fls. 129).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Após cumprido o disposto no artigo 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, já havendo prova da propriedade, defiro o levantamento do valor depositado em favor dos requeridos, bem como a expedição de mandado ao Cartório de Registro Imóveis para o registro da servidão de passagem.

Condeno os requeridos a arcar com as despesas e custas judiciais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 770,00, de forma solidária.

P I

São Carlos, 31 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**